

Portaria nº 419-P, de 04 de setembro de 1984

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF¹, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, inciso IX, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 229, de 25 de abril de 1975, e

Considerando a necessidade da fiscalização dos produtos da fauna e da flora com destino ao exterior e em observância as determinações instituídas pelos artigos 4º, inciso VII e 5º, inciso II, do Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967 e artigos 3º e seus parágrafos, art. 14, § 1º e 18, da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967;

Considerando o que determinam as Resoluções do Concex nº 124, de 5 de agosto de 1980 e inciso XXI da Resolução do Concex de nº 130, de 13 de janeiro de 1981;

Considerando, ainda, o que dispõe o comunicado Cacex nº 54, de 2 de agosto de 1983, e o comunicado Cacex nº 65, de 5 de dezembro de 1983,² resolve:

Art. 1º. É obrigatório para fins de fiscalização de embarque de produtos da flora para o exterior³, a apresentação da Guia Florestal⁴, Nota Fiscal da Mercadoria, cópia da Guia de Exportação e Romaneio em três vias:

§ 1º — O Romaneio será preenchido com os seguintes dados:

- Essência florestal
- Produto / classe
- Porto de Embarque

1 O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990

2 A Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992 criou a Secretaria de Comércio Exterior — Secex, vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, com as atribuições da Cacex.

3 A Portaria SCE nº 2, de 22 de dezembro de 1992, dispõe sobre as Normas Administrativas de Exportação, anexo B, capítulos 6 e 44.

4 A Portaria nº 38, de 26 de fevereiro de 1992 suspendeu o fornecimento e proibiu o uso da Guia Florestal em todo o território nacional.

• A Portaria nº 139, de 5 de junho de 1992 instituiu a Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF, pág. 214 neste Tema.

• A Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993 regulamentou o uso da ATPF e do Regime Especial de Transporte — RET, pág. 226 neste Tema.

- Destino
- Importador
- Volume em m³
- Quilogramas
- Unidades
- Caixas/fardos/pallets
- GP/bitola
- Marca e Contramarca
- Nome do navio
- N.º da Guia de Exportação
- Valor em dólar — FOB
- Valor Comercial em cruzeiros — FOB

§ 2.º. Para a exportação de plantas vivas, além da Guia Florestal que acompanha o produto fornecida pela IBDF, é obrigatório a apresentação do Atestado Fitossanitário, fornecido pelo Ministério da Agricultura.

§ 3.º. Quando se tratar de animais e/ou plantas vivas, partes ou produtos de espécies ameaçadas de extinção e relacionadas nos anexos da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna selvagens em perigo de extinção, afora as exigências acima citadas, deverá ser apresentada licença de Exportação e/ou Reexportação da CITES, emitida pelo Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes — DN/IBDF⁵.

Art. 2.º. É obrigatório para fins de fiscalização de embarque de animais silvestres previsto na Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, a apresentação dos seguintes documentos:⁶

- I — Autorização de captura ou comprovação de origem;
- II — Licença de transporte fornecida pelo IBDF;
- III — Certificado de Inspeção Sanitária Animal⁷;
- IV — Licença de Exportação/Reexportação — CITES⁸

5 Vide Decreto n.º 76.623, de 17 de novembro de 1975, anexo I, Tema 3: "Fauna Brasileira", pág. 372.

6 Vide Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, Tema 3: "Fauna Brasileira", pág. 359.

7 O Decreto n.º 24.548, de 3 de julho de 1934 aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura.

• A Portaria n.º 51, de 19 de dezembro de 1977 aprovou os modelos de Certificados de Inspeção Sanitária.

8 Vide Portaria n.º 29 de 24 de março de 1994, Tema 3: "Fauna Brasileira", pág. 468.

Art. 3º. A fiscalização poderá ser efetuada antes do embarque, por solicitação do interessado, nos seguintes locais;

a) nos portos, aeroportos internacionais e/ou pontos alfandegados de fronteiras;

b) em entrepostos aduaneiros;

c) em depósito alfandegado público ou em outros locais previamente autorizados pela Secretaria da Receita Federal;

Art. 4º. Revoguem-se as disposições em contrário.

Mauro Silva Reis
Presidente

(DOU de 06.09.84)